

“CONSTITUIÇÃO OU MORTE”: UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO JORNAL *OCONCILIADOR DO MARANHÃO* (1822-1823)

“CONSTITUTION OR DEATH”: AN ANALYSIS OF THE JOURNALISTIC FRAMEWORK OF BRAZIL'S INDEPENDENCE IN THE JOURNAL *O CONCILIADOR DO MARANHÃO* (1822-1823)

Leonardo Barbosa Barros¹

Resumo: A independência do Brasil foi um marco histórico que ocasionou mudanças profundas na sociedade brasileira. Muitos jornais que circulavam no período pautaram esse acontecimento, entre eles o *Conciliador do Maranhão*, o primeiro da província. Este artigo tem o objetivo de analisar o enquadramento deste periódico sobre a independência. Entre os apontamentos, está a percepção de que ele incitou a população a se rebelar contra o novo sistema político, deixando claro o posicionamento em defesa dos interesses das elites políticas e econômicas que se beneficiavam com o pacto colonial.

Palavras-chave: Imprensa. Independência. Política.

Abstract: The independence of Brazil was a historic milestone that brought about profound changes in Brazilian society. Many newspapers that circulated in the period covered this event, among them the *Conciliador do Maranhão*, the first in the province. This article aims to analyze the framework of this journal on independence. Among the notes is the perception that he incited the population to rebel against the new political system, making clear his position in defense of the interests of political and economic elites who benefited from the colonial pact.

Keywords: Press. Independence. Politics.

¹Mestrando do Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
leobarroshistoriador@gmail.com

Introdução

Esse artigo se propõe a fazer uma análise do enquadramento jornalístico no jornal *Conciliador do Maranhão* no período de 1822 a 1823, estudando as opiniões, debates e notícias sobre Independência do Brasil, que ocorreu no dia 7 de setembro de 1822. Foram encontradas 186 edições no acervo da Hemeroteca Digital Nacional², entre os anos de 1821 a 1823, entretanto foi feita uma seleção das edições que debatiam o tema da independência. Nesse sentido, as edições analisadas são principalmente do ano de 1823, nos meses que antecedem o cerco da cidade de São Luís que culminou na adesão do Maranhão a independência do Brasil.

Entende-se que o enquadramento jornalístico, ou no inglês *framing*, são marcos interpretativos que permitem as pessoas darem sentido aos eventos sociais (ROTHBERG, 2014)³. É construído por palavras, metáforas, conceitos, símbolos, imagens e enfatizam a narrativa noticiosa. Assim, se constitui como uma forma de analisar as notícias por meio de expressões, ideias e adjetivos, com o objetivo de entender como os significados das palavras podem moldar a percepção das pessoas sobre os acontecimentos e como os jornalistas condicionam a atitude do público, destaca alguns aspectos e oculta outros. (SOARES, 2009).⁴

Segundo Carvalho (2010)⁵, *framing* possibilita a compreensão dos modos como são narrados os acontecimentos, fazem a seleção dos quadros e recortam a realidade transformando em narrativas noticiosas.

O conceito de enquadramento permite uma análise qualitativa das reportagens jornalísticas, em busca de uma “retórica implícita” nos textos, que pode ser identificada na escolha e repetição de palavras, expressões, ênfases e atenuações linguísticas, seleção das fotos, sentidos latentes nos elementos visuais que, sutilmente, conferem saliência a um ponto de vista sobre o assunto focado.⁶

² FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Nacional. Disponível em: <http://bdigital.bn.br/acervo-digital/conciliador-maranhao/749524>. Acesso em: 23. jan.2022.

³ ROTHBERG, D. Enquadramentos midiáticos e sua influência sobre a consolidação de direitos de crianças e adolescentes. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 407-424, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/135481>>. Acesso: 06.mar.2022.

⁴ SOARES, M.C. **Representações, jornalismo e esfera pública democrática**-São Paulo :Cultura Acadêmica, 2009. p. 57.

⁵ CARVALHO, C. A. de. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico**. *CONTEMPORANEA (UFBA. ONLINE)*, v. 7, p. 1-15, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneapcom/article/view/3701>. Acesso: 06.mar.2022.

⁶ SOARES, 2009, p. 266.

O jornal *O Conciliador do Maranhão* no contexto da independência

Em 1821 foi decretado o fim da censura prévia o que fez aumentar o número de periódicos em circulação no Brasil. Nesse período de 1821 a 1822 houve uma expansão da atividade da política da imprensa, resultado do movimento de Independência do Brasil, fazendo com que muitas publicações se manifestassem contra ou a favor da manutenção da união com Portugal (VIEIRA, 2016)⁷.

A atividade tipográfica no Maranhão começou início do século XIX, quando o governador Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca adquiriu a primeira tipografia da província Maranhão. A inauguração da Tipografia Nacional Maranhense foi em 31 de outubro de 1821, com a impressão de *O Conciliador do Maranhão*. (MARTINS, 2010)⁸.

No Maranhão, uma das províncias mais prósperas do império devido ao cultivo de algodão, a impressão foi introduzida em 1821, pelo governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. O prelo oficial foi instalado na "Tipografia Nacional Maranhense", e era destinado à produção do jornal do governo, o "Conciliador do Maranhão".⁹

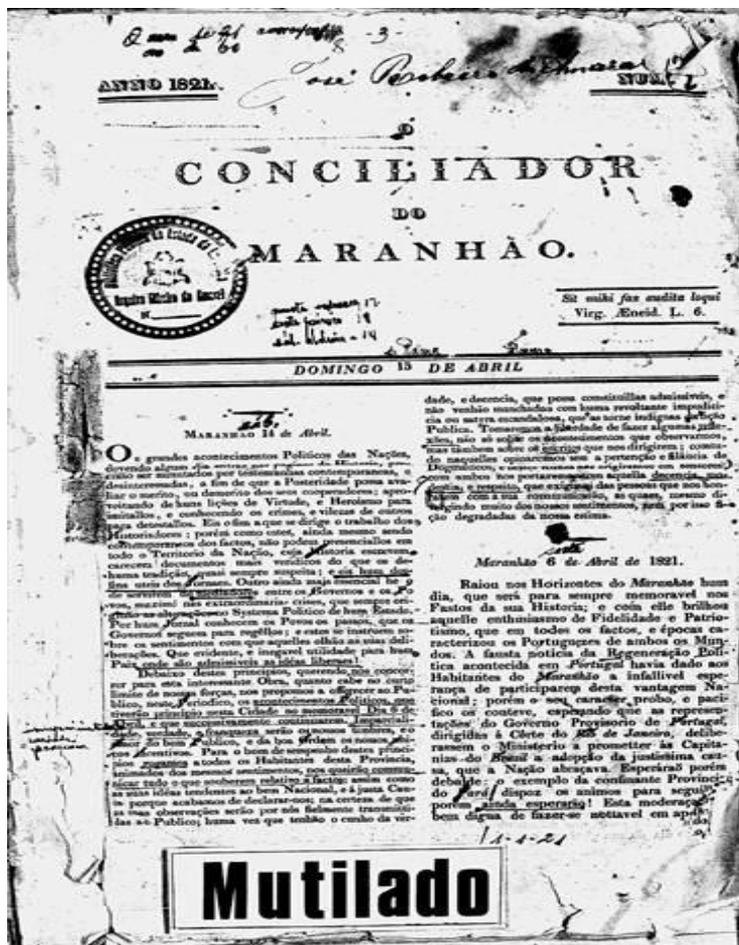
O Conciliador do Maranhão foi o primeiro impresso na província do Maranhão começando a circular em São Luís no ano de 1821. Suas páginas traziam notícias locais, nacionais e internacionais, atos oficiais, acontecimentos sobre a Corte e de vários periódicos de outras províncias, também trazia anúncios de venda, compra, leilão e fugas de escravizados.

⁷VIEIRA, M. V.. **O surgimento da imprensa política e a retórica da opinião pública na província de Goiás**. História Revista (Online), v. 21, p. 126-142, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5870478>. Acesso em: 26. jun.2022.

⁸MARTINS, R. A. F.; LEÃO, Ricardo (pseudônimo literário). **Breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista**. Animus (Santa Maria), v. 18, p. 107-129, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/index.php/animus/article/view/2442> acesso em: 21.jan.2022

⁹GODIN, J.; SILVA, S. A. **Atividade editorial no Brasil: primórdios da produção tipográfica e circulação de impressos no país**. In: Colóquio Internacional de Design 2020, 2020, online. Blucher Design Proceedings, 2020. p. 301. Disponível: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/35849>. Acesso: 11.mar.2022.

Figura 1: Primeira página da primeira edição impressa do jornal "O Conciliador do Maranhão".



Fonte: Hemeroteca Digital Nacional¹⁰

O primeiro jornal maranhense circulou entre 15 de abril de 1821 e 23 de julho de 1823, em São Luís e em mais 55 cidades da província. No início, era publicado de maneira manuscrita, em bico de pena, da edição número 1 e foi até a 34 (de 15 de abril a 7 de novembro de 1821). Só começou a ser impresso após a implantação da Tipografia Nacional Maranhense, a partir da edição 35, se estendendo a edição 210 (de 10 de novembro de 1821 a 23 de julho de 1823). O *Conciliador* era redigido no colégio dos jesuítas no formato de tabloide, 21cm x 29,7cm, com duas colunas. O periódico circulava duas vezes na semana e custava 200 reis o exemplar (PINHEIRO, 2016)¹¹.

¹⁰<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/conciliador-maranhao/749524> acesso em: 23.jan.2022.

¹¹ PINHEIRO, R. A. *O Conciliador e o início do jornalismo maranhense no século XIX*. Tese (Doutorado em Comunicação Social). - Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2016.

Carvalho, Neves, Basile (2012)¹², explicam como foi o início do jornal *Conciliador do Maranhão*:

Vale lembrar que o periódico *Conciliador do Maranhão* teve início, em 1820, como uma gazeta manuscrita e assim foi divulgada regularmente por sete meses, 26 até que passou a ser impresso em abril de 1821 e assim se manteve até julho de 1823, quando da adesão da província à causa da independência.¹³

A pesquisadora Roseane Arcanjo Pinheiro (2016) detalha o formato e o funcionamento:

O jornal *O Conciliador do Maranhão* tinha formato tabloide, sendo impresso pelo sistema de tipografia. Sua circulação ocorreu entre abril de 1821 e julho de 1823, perfazendo 210 edições. Era bissemanal, com circulação nos domingos e quintas-feiras, mas foram encontrados exemplares que circularam às quartas-feiras e aos sábados.¹⁴

Os redatores do *Conciliador do Maranhão* eram Antônio Marques da Costa Soares e o Padre Tezinho. Eles eram próximos ao governador Pinto da Fonseca e receberam cargos na tipografia. Dessa forma, o governador controlava a impressão na tipografia e utilizava o jornal na sua defesa e no ataque aos oponentes políticos com a intensão de pautar a opinião pública e se manter no poder da província. Assim, o periódico ordenava a opinião pública, alimentava acusações, réplicas e trélicas nos abaixo-assinados e petições às Cortes (GALVES, 2015).

A imprensa, no período, era um instrumento de ação política não só para formar opinião, mas também expressava a visão da sociedade que lia, ouvia, discutia e escrevia, especialmente nas seções de correspondência, nas matérias pagas ou nos artigos feitos sob encomenda (VIEIRA, 2016).

Por ter ligação com Pinto da Fonseca, o *Conciliador do Maranhão* possuía um discurso favorável ao governo monárquico, seus dirigentes, a Coroa portuguesa, ao pacto colonial e a monarquia constitucional, fazendo duras críticas à decisão política do Rio de Janeiro que desejava a independência do Brasil.

Na década de 1820, o Brasil passava por um período conturbado decorrente da luta pela independência do Brasil. De acordo com Isabel Lustosa (2013)¹⁵, nem todas as províncias estavam de acordo com independência, o exemplo principal era a província do Maranhão que se tonou a última a aderir, só ocorrendo em 1823. “Havia uma dissonância entre aqueles que o viam de dentro como sua pátria, a região ou localidade em que nasceram, e aqueles brasileiros cultos, educados na Europa

¹²CARVALHO, J. M. de; NEVES, L. M. B. P. das; BASILE, M. C. (Orgs.). **Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)**. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora UFMG, 2012.

¹³CARVALHO; NEVES; BASILE, 2012, p. 10.

¹⁴PINHEIRO, 2016, p. 27.

¹⁵LUSTOSA, I. **Projetos para uma pátria imaginada: o Brasil de José Bonifácio e Hipólito da Costa**. *Teresa*, [S. l.], n. 12-13, p. 160-173, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/99348>. Acesso em: 26 jun. 2022.

que, de fora, construíram seu imaginário em torno das imensas, reais ou idealizadas, potencialidades do Brasil".¹⁶ Cutrim (2018) menciona algumas mudanças que ocorreram na década de 1820 que dividiram a opinião pública no Maranhão:

A década de 1820 foi marcada por três principais eventos que dividiram a província: a adesão ao movimento constitucional do Porto (1821); a forte oposição ao projeto de independência, só ocorrendo a "adesão" do Maranhão em 1823; e, legitimada a separação política, a elite estabelecida na região buscou consolidar seu apoio ao recém criado Brasil, além de demonstrar fidelidade ao rei.¹⁷

O jornal defendia a manutenção do poder de Portugal sobre o Brasil, mas com a Revolução do Porto, em 1820, D. João VI volta a Portugal e deixa seu filho D. Pedro I. Essa decisão mudou os rumos políticos no país e resultou na independência. "*O Conciliador do Maranhão*, jornal fiel ao governo se manteve partidário da permanência do Maranhão sob o domínio de Portugal"¹⁸

Não só o Maranhão se manteve fiel a Corte Portuguesa, outras províncias do Norte como Pará, Piauí, Ceará e parte da Bahia permaneciam fiéis às Cortes de Lisboa. Assim, ocorreram guerras de independência, com a participação de vários oficiais estrangeiros, como o Lorde Cochrane e Pedro Labatut. (CARVALHO; BASTOS; BASILLE, 2014).¹⁹

Pereira (2006) explica um dos motivos pela resistência da província do Maranhão em aderir a independência do Brasil:

Nesse contexto, as relações políticas, econômicas e culturais entre o Maranhão e Portugal eram muito mais acentuadas do que com o Estado do Brasil. Por isso, os portugueses na luta pelo controle de cargos na burocracia pública local, do comércio exportador e varejista, faziam-se contrários à independência. O *Conciliador do Maranhão*, um jornal fiel ao governo se manteve partidário da permanência do Maranhão sob domínio de Portugal.²⁰

A província do Maranhão só aderiu a Revolução do Porto em abril de 1821. Com apoio de parte dos comerciantes e agricultores, o governador da província Pinto Fonseca, que era um defensor da monarquia e tinha uma relação de fidelidade com a família real, acabou optando pela adesão para

¹⁶LUSTOSA, 2013, p. 161.

¹⁷CUTRIM, 2018, p. 64.

¹⁸PEREIRA, 2006, p. 91.

¹⁹CARVALHO, J. M. de; BASTOS, L.; BASILLE, M. (Orgs). **Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. GASPAR, Tarcísio de Souza. **Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23)**. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 31, 2014.

²⁰PEREIRA, 2006, p. 91.

conter os ânimos exaltados e se manter no poder. “O jornal *O Conciliador do Maranhão* foi fundamental para fortalecer a imagem de Pinto Fonseca como principal opositor das práticas do Antigo Regime e defensor da liberdade da província” (CULTRIM, 2017, p. 40).

A nova configuração política das províncias do Norte tinha como pilares a Revolução do Porto e a imprensa livre. No caso do Maranhão, essa lógica se consolida com a publicação do *Conciliador* como uma das principais estratégias utilizadas por Pinto Fonseca para legitimar sua permanência como governadora da região.²¹

O Conciliador do Maranhão já começou a circular com assinantes, sendo redigido no porão de um casarão construído pelos jesuítas (LEÃO, 2010). Ele era mantido principalmente pelas assinaturas ou pela venda de folhas avulsas. (BELO, 2013).²² Marcelo Cheche Galves²³ (2015) fala como era feita a venda e quanto custava:

Sobre os preços praticados na comercialização do *Conciliador*, são poucas as informações, quer para a venda avulsa, quer para as assinaturas. Na edição nº 53, o jornal ofereceu a coleção impressa dos 34 primeiros números, antes manuscritos, por 6\$400 réis, pouco mais de 188 réis por número. Estas edições impressas posteriormente foram vendidas, avulsas, ao preço de 200 réis, mesmo valor anunciado para a venda de alguns suplementos das edições regulares, gratuitos apenas para os assinantes.²⁴

O custo da instalação e manutenção de uma tipografia na província foi alto. Portanto, o padre Tezinho recebeu dos cofres públicos a importância de 139\$200 réis (GALVES, 2015). “Ainda assim, a soma dos anunciantes do *Conciliador*, em diferentes momentos da trajetória do jornal, revela um total de 443 assinantes, 174 deles residentes na capital. O número de assinantes em São Luís representa 4,7%”²⁵

O Conciliador do Maranhão defendia os interesses do governador Fonseca Pinto, sendo fundamental para fortalecer a sua imagem política e também para legitimá-lo no poder e defende-lo dos ataques dos oponentes políticos (CUTRIM, 2017). Foi criado para pautar a opinião pública e

²¹ CUTRIM, 2017, p. 41.

²² BELO, F. L. Posse, comércio e circulação de impressos a partir dos anúncios nos jornais ludovicenses (1831 - 1841). In: **Anais do 27º Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH-RS, 2013. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364950248_ARQUIVO_Textoparaapresentacaodetrabalho.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

²³ GALVES, M. C. 'Dirigir e retificar a opinião pública': Os primeiros anos da Tipografia Nacional do Maranhão (1821-1823). In: **Anais do I Seminário Internacional Brasil no século XIX**, 2015, Vitória. **Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos**. Niterói: Sociedade de Estudos do Oitocentos, 2015. v. 1. p. 1-17. Disponível: https://www.seo.org.br/images/Marcelo_Cheche_Galves.pdf. Acesso em: 4 abr. 2022.

²⁴ GALVES, 2015, p. 09.

²⁵ GALVES, 2015, p. 30.

manter o governador da província no poder (GALVES, 2015). “A implantação da Tipografia Nacional Maranhense sinalizou a interferência do campo político no campo jornalístico, na província do Maranhão. [...] o governo da província maranhense acenou para o domínio do universo simbólico”.

26

O periódico tinha as características do jornalismo da sua época: era profundamente ideológico, militante e panfletário, tomava posição e mobilizava os leitores para as diferentes causas. Também era opinativo, defendia a coroa portuguesa e pacto colonial, fazendo duras críticas à decisão política do Rio de Janeiro que desejava a independência do Brasil, sendo um dos principais instrumentos da luta política na província (RIBEIRO, 2007).²⁷ Claudete Maria Miranda Dias (1995) explica como foi o processo de independência:

O processo da Independência foi longo, penoso e violento, permeado de manifestações em várias províncias. O grito do Ipiranga constituiu-se em uma forma encontrada pelas elites para frear as ideias revolucionárias, manter a dinastia, os privilégios do antigo sistema colonial e garantir os interesses econômicos.²⁸

Como era o primeiro e o único impresso em circulação no período, *O Conciliador do Maranhão* pautava os debates públicos na província se tornando palco de lutas políticas no período em que circulava. Defendeu e atacou projetos políticos, possuindo uma linguagem mais acessível e veemente (PINHEIRO, 2016). “Primeiro jornal impresso da província, lançado pela administração local, ligada ao governo português em um período de ruptura política entre a agora ex-colônia e Portugal, movimento que, em um primeiro momento, não foi seguido pelo Maranhão”.²⁹ Foi um espaço em que ocorreram debates, exposições e doutrinação. Roseane Arcanjo Pinheiro (2016) comenta sobre as notícias veiculadas:

As páginas de *O Conciliador do Maranhão* elencavam notícias sobre as Cortes de Portugal, saída e chegada de navios, atrações do teatro da cidade, cartas de leitores, entre outros apontamentos jornalísticos. Uma certa cidade emerge da letra impressa, a cidade construída

²⁶ PINHEIRO, 2016, p. 94.

²⁷ RIBEIRO, A. P. G. A Imprensa da Independência e do Primeiro Reinado: Engajamento e Mercado. In: **Anais do V Congresso Nacional de História da Mídia. 5º Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0199-1.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

²⁸ DIAS, C. M. M.. **Balaiada: a guerrilha sertaneja**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 3, n. 2. nov. 1995. **ISSN digital 2526-7752 | ISSN-L 1413-0580**. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/73/69>. Acesso em: 13.abr.2022.

²⁹ PINHEIRO, 2016. p. 08.

pelas representações. O fato de o jornal citado ter sido lançado pelo governo da província não o faz um impresso de menor importância. Sua fundação nos remete ao jogo de poder, no qual encontramos outros sujeitos, outras tramas, outras redes de comunicação, além daquela, oficial.³⁰

A gazeta foi de grande importância como fonte de desenvolvimento político e cultural da província, pautando as discussões políticas da época, impactando a vida política da província. Constituiu-se em um espaço que trouxe elementos sobre as disputas que movimentaram segmentos da população e sedimentou um projeto de nação naquele momento histórico (PINHEIRO, 2016). “Engendrando pela atuação de camadas sociais capazes de aprender as informações, referendar significados sobre a organização social e transformar ou manter a ordem estabelecida”.³¹

Além de divulgar o discurso político em apoio à monarquia absolutista, também propiciou referências sobre o cotidiano da cidade, o que nos mostra que o jornal citado se constituiu em um espaço complexo, porque trouxe elementos sobre as disputas que movimentaram segmentos da população e sedimentou um projeto de nação naquele momento histórico.³²

O contexto em que o jornal foi criado revela muito sobre sua postura política, pois, em 1821, no mesmo ano em que começou a circular, o Maranhão aderiu a Revolução do Porto com apoio de parte dos comerciantes, agricultores e também do governador Pinto Fonseca que tinha uma relação de fidelidade com D. João VI, optando pela adesão para conter os ânimos exaltados e se manter no poder. “O jornal *O Conciliador do Maranhão* surgiu sob os ventos liberalizantes da Revolução do Porto de 1820, provocada pela insatisfação de segmentos da população portuguesa quanto às ações de D. João VI”.³³

O envolvimento do noticioso com governador da província do Maranhão, Fonseca Pinto, fazia com que o *Conciliador* defendesse os seus interesses e de seus aliados. Para Cutrim (2017), o periódico foi fundamental para pautar a opinião pública, que na verdade era a da elite local e não representava a maioria da população, já que os escravos, indígenas e os mais pobres não tinham espaço de fala. Roseane Arcanjo Pinheiro (2016), explica os aspectos histórico de quando noticioso circulou:

O jornal *O Conciliador do Maranhão* chegou às ruas de São Luís nessa conjuntura de reordenação de peças do jogo político entre a metrópole e os grupos de interesses comerciais. O comando, a partir da colônia, onde Dom João VI havia tomado medidas

³⁰ PINHEIRO, 2016. p. 43.

³¹ PINHEIRO, 2016, p. 08.

³² PINHEIRO, 2016, p. 08.

³³ PINHEIRO, 2016, p. 100.

comerciais que trouxeram insatisfações para as classes dominantes portuguesas, precisava ser mudado.³⁴

O Conciliador do Maranhão possuía um conteúdo doutrinário, servindo como palco para debates políticos importantes na tomada das decisões da esfera pública. “Os impressos protagonizaram disputas pela hegemonia política, tornando-se um dos canais para as decisões na esfera pública”.³⁵ Isabel Lustosa (2010)³⁶ explica os embates ocorridos na imprensa entre os anos de 1821 e 1823:

Durante três anos, 1821 e 1823, a imprensa foi palco de violenta disputa entre portadores de projetos antagônicos para a nova ordem política e institucional que se instalaria no país. Apesar de entrarem em discussão propostas variadas, o grande embate que se assistiu foi mesmo o que travaram o grupo liderado por José Bonifácio de Andrada e o grupo maçônico liderado por Joaquim Gonçalves Ledo. Embate que hoje pode ser acompanhado através da leitura dos jornais do tempo graças à liberação da imprensa a partir de março de 1821.³⁷

Na década de 1820, a experiência do jornalismo no Maranhão estava em um período conturbado, principalmente por causa das lutas pela independência do Brasil. As tensões políticas vinham principalmente porque a província era contrária à independência. Somente em 28 de julho de 1823, após o cerco em São Luís, o Maranhão aderiu à independência do Brasil (PEREIRA, 2006). Cutrim, (2018)³⁸ menciona algumas mudanças que ocorreram na década de 1820 que dividiram a opinião pública no Maranhão:

A década de 1820 foi marcada por três principais eventos que dividiram a província: a adesão ao movimento constitucional do Porto (1821); a forte oposição ao projeto de independência, só ocorrendo a “adesão” do Maranhão em 1823; e, legitimada a separação política, a elite estabelecida na região buscou consolidar seu apoio ao recém-criado Brasil, além de demonstrar fidelidade ao rei.³⁹

³⁴ PINHEIRO, 2016, p. 46.

³⁵ PINHEIRO, 2016, p. 14.

³⁶ LUSTOSA, I. **Imprensa, censura e propaganda no contexto da independência do Brasil**. Estudos: revista de investigaciones literarias y culturales, v. 18:36, p. 370, 2012. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/EstudiosRevistadeinvestigacionesliterariasyculturales/2010/vol18/no36/6.pdf>. Acesso em: 26.jun.2022.

³⁷ LUSTOSA, 2010, p. 370.

³⁸ CUTRIM, L. M. S.. **Viagens Comerciais: relações mercantis estabelecidas ao redor do Atlântico a partir da praça comercial de São Luís do Maranhão (c. 1820-1830)**. In: III Seminário Internacional Brasil no Século XIX, 2018, Natal. III Seminário Internacional Brasil no Século XIX, 2018. Disponível em: https://www.seo.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=133 Acesso em 21.jan.2022.

³⁹ CUTRIM, 2018, p. 64.

Nesse contexto da independência, *O Conciliador do Maranhão* era contra a emancipação do Brasil e a favor do pacto colonial, estando em um período de turbulências políticas com as revoluções liberais, influenciadas pelos postulados do iluminismo, irromperam em vários países da Europa naquele começo do século XIX (PINHEIRO, 2016).

O jornal *O Conciliador do Maranhão* anuncia a posição de poder dominante por parte de Portugal e a necessária manutenção da ordem pública como medida benéfica a toda a população do reino. Para instaurar esse lugar de fala, o impresso reafirma que o governo local tem o apoio de uma população ordeira e leal, coordenada pelas Cortes e por uma nova constituição.⁴⁰

O fato de o periódico ficar em circulação apenas três anos veio devido a sua posição contrária a emancipação do Brasil. A irregularidade e a efemeridade desses jornais dizem respeito ao seu papel social, pois, eram ligadas as lutas do seu tempo, eles apareciam e desapareciam de acordo de como os conflitos nos quais estavam envolvidos (RIBEIRO, 2007). Nesse sentido, o jornal defendia a permanência do domínio de Portugal sob o Brasil, o que fez em 1823, após o Maranhão aderir à independência deixasse de circular.

No Maranhão, por exemplo, os meses que sucederam a Independência foram marcados pela criação de Juntas de Governo em importantes regiões do interior da província, como Caxias e Itapecuru, que não reconheciam a autoridade constituída na capital, São Luís, razão pela qual dirigiam-se diretamente à Corte, algo próximo ao que Juan Carlos Garavaglia.⁴¹

O Conciliador do Maranhão ficou em circulação entre os anos de 1821 a 1823, em São Luís, que era o mais importante centro urbano da província do Maranhão e que concentrava as principais atividades econômicas da província. Na cidade, além dos escravos, haviam também trabalhadores pobres livres que sobreviviam de pequenas lavouras, da venda de produtos, da caça da pesca, em sua grande maioria alforriados e colonos. Já as classes economicamente dominantes possuíam os recursos como terra, ferramentas, equipamentos e exploravam a força de trabalho dos escravizados (PEREIRA, 2006).⁴²

Roseane Arcanjo Pinheiro (2016) afirma que a sociedade maranhense, no início do século XIX, era dívida em três classes: os senhores, os escravos e os pobres livres. Os senhores eram os proprietários das terras e de cativos. Muitos eram latifundiários, produtores rurais, funcionários

⁴⁰ PINHEIRO, 2016, p. 48.

⁴¹ GALVEZ, 2015, p. 14.

⁴² PEREIRA, J. de J. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880.** 2006. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006.

públicos e comerciantes e, em grande parte, eram portugueses, estrangeiros ou descendentes de europeus que ocupavam o topo da pirâmide social.

Já os escravizados estavam, ao lado dos índios, nos agrupamentos sociais mais segregados. Os senhores possuíam prestígio e visibilidade social baseada no latifúndio e na exploração da mão de obra escrava. “Os proprietários rurais faziam-se como classes procurando garantir aos seus interesses em detrimento dos interesses de trabalhadores escravos e livres submetidos à sua exploração econômica, dominação social e política”.⁴³

A formação de uma elite no Maranhão veio devido à exportação, principalmente, de algodão, arroz e a importação de escravizados por meio do tráfico negreiro, o que fez o Maranhão se destacar como um grande centro receptor de cativos. Esse sistema contribuiu para o acúmulo de capital nas mãos de uma pequena elite (CUTRIM, 2017)⁴⁴.

São Luís possuía uma aristocracia rural, capitalistas, barões, conselheiros, comendadores e seus familiares, também grandes comerciantes, homens de letras, militares e profissionais liberais que, por enriquecimento ou recomendação, subiam à camada superior. (ARAÚJO, 2014)⁴⁵.

Enquadramentos e discursões sobre a independência no jornal *O Conciliador do Maranhão*

O jornal *Conciliador* coloca como personagens principais da independência, D. João VI representando a manutenção do poder da metrópole a quem eles consideram o verdadeiro “rei” D. Pedro I, o filho “rebelde” que se rebelou contra o pai. Dessa forma, muitas vezes o periódico trata a mudança na estrutura política de forma superficial, enfocando em traços sensacionalistas e ataques pessoais.

Assim, existem vários tipos de enquadramentos, como o de conflito, que é quando a imprensa reduz um debate complexo à oposição simplista. Esse tipo pode ser percebido no *O Conciliador do Maranhão*, pois, espalhava o medo e a desconfiança sobre a independência, trabalhava o lado emocional dos leitores e dramatizava os eventos, quando enfatizam as possíveis consequências da

⁴³ PEREIRA, 2006, p. 30.

⁴⁴ CUTRIM, L. M. S.. **A alma do negócio**: a trajetória do negociante Antônio José Meirelles no Maranhão (c. 1820 - 1832). 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13869> Acesso em: 21.jan.2022.

⁴⁵ ARAÚJO, J. S. de. **A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX**: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. (ISSN 2179-8869). Dimensões: Revista de História da UFES, v. 33, p. 360-383, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/9110> Acesso em: 21. jan. 2022.

independência, colocando pânico na população. Também existe o enquadramento das consequências econômicas que aparece no realce as consequências da emancipação, como a possível tomada das propriedades e dos meios de produção das elites maranhenses sem indenização.(SOARES, 2009).

O jornal, como já mencionado, defendia a manutenção do poder português no Brasil, pois, se pautava nos interesses do governador e da elite maranhense que, em grande parte, era portuguesa e lucrava com essa relação colonial, pois, a maior parte da elite colônia era feita por portugueses e europeus, que ficava com receio que a mudança de regime pudesse prejudicá-los com a perda de suas propriedades. O noticioso reforçava o medo e o pânico na população maranhense. “Entre o final de 1822 e o início de 1823, *O Conciliador do Maranhão* passou a destacar mais fortemente em combater a adesão à independência, que ganhou forte oposição da elite estabelecida no Maranhão”.⁴⁶

No Maranhão, à “adesão” se seguiu um longo e turbulento período de juramentos à Independência, marcado pela expulsão não apenas daqueles que se recusaram a fazê-lo, a exemplo do frei Nazaré, como também dos que tiveram sua fidelidade ao novo país posta em xeque pelas recorrentes acusações de “português” e “inimigo do Brasil”. Tais juramentos avançaram pelos primeiros meses de 1824.⁴⁷

O jornal reafirmou seu compromisso com a resistência a independência e sua fidelidade autoridades locais, financiadas pelos comerciantes e lavradores mais ricos da província(GALVEZ, 2015). “Com a Independência em 28 de julho de 1823, e as mudanças suscitadas na ordem política provincial, figuras ligadas à Tipografia receberam a perigosa alcunha de serem “portugueses”: Costa Soares foi expulso do Maranhão, sob a acusação de ser um “português nocivo à província”⁴⁸.

Entre os anos de 1821 a 1823, estavam ocorrendo conflitos em Portugal que reverberavam no Brasil. Sujeitos e instâncias do poder monárquico, por motivações e interesses, desejavam espaço nas tribunas da imprensa. Devido as suas posições políticas, o periódico representava pessoas e situações de acordo com seu vies político e ideológico, demonstrando um grande apressado e fidelidade a D. João VI, que em seus textos afirmava que ele era o verdadeiro e único rei do Brasil e Portugal. Ao mesmo tempo, representava o príncipe regente e futuro Imperador do Brasil D. Pedro I como um filho rebelde, infantil e deslumbrado (PINHEIRO, 2016).

⁴⁶ CUTRIM, 2017, p. 157.

⁴⁷ GALVEZ, 2015, p. 288.

⁴⁸ GALVEZ, 2015, p. 14.

A luta contra a independência do Brasil pode ser percebida em um texto chamado “Extrato de N.º 57 da Abelha da Bahia”, publicado em 21 de maio de 1823. O texto afirma que D. Pedro I prega a desunião, sendo um rebelde, um menino que devia obediência ao pai e que o Brasil devia obediência e reverência a Dom João VI.

Nas palavras do jornal, D. João VI é representado como o único e verdadeiro rei do Brasil e todos os brasileiros deviam respeito e reverência a ele. Mas, em essência, demonstra também um discurso de medo, para gerar pânico na sociedade maranhense. Segundo o extrato nº 57, os portugueses e europeus iam perder tudo, o que gerou medo pois, eles faziam parte da elite da província e tinham posses e negócios no Maranhão.

Esse tipo de enquadramento é explicado por Danilo Rothberg (2014) como quadros de conflito. Como se pode ver, no período de 1822 a 1823, estavam ocorrendo conflitos no Brasil devido a Independência e se percebe a representação dos políticos como D. João VI e D. Pedro I de forma diferente, como forças antagônicas. O periódico também representa os personagens em uma estratégia competitiva e defende o lado que encontra maior vantagem. O enquadramento episódico, como no caso da independência, ocorre quando fatos e conjunturas de grandes repercussões recebem tratamento superficial e são enfocados somente a partir de seus traços extravagantes, pitorescos ou sensacionalistas.

É afirmado também que, com a independência, os portugueses seriam obrigados a saírem do Brasil e deixarem suas posses e terras que tinham adquirido com o seu “suor” e “sacrifício” e que seriam obrigados a venderem suas propriedades por baixos preços ou elas seriam confiscadas sem indenização.

O *Conciliador* coloca os portugueses como trabalhadores que geraram riqueza com o seu trabalho, não mencionado o emprego da exploração da mão de obra escrava negra e indígena. Afirma também que os portugueses são irmãos dos brasileiros, pedindo união fraternal. Outra parte do texto importante é quando afirma que os “irmãos europeus” não queriam ser escravos, comparado a independência a escravidão. Percebe-se que eles têm uma concepção da escravidão como algo negativo, mas ao mesmo tempo possuíam africanos em regime de escravidão. Escravos, libertos e homens livres de cor tomaram parte nas lutas pela independência do Brasil o que demonstra que essa população era politizada (MAMIGONIA, 2017)⁴⁹.

⁴⁹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 632p.

PORTUGAL E O BRASIL. He preciso encararmos com todos os sucessores do Brasil sem espírito de partido, tendo era uma mão a tocha da verdade, e na outra a da razão. Já ver que fazendo um resumo da extensas do Brasil a léguas quadradas, toca mui poucos indivíduos a cada uma; é preciso conhecer que em toda está imenso suspense de ter uma população toda heterogênea composta de Brancos Europeus. De Brancos do país, 3. °- Índigenas aldeados, 4. Negros estrangeiros de diferentes Nações, 5. Negros do país chamados crioulos; destas 5 raças distintas se sacão muitas ramificações, os adros, os Mamelucos &c. &c , os interesses das diferentes raças estando unidas a Portugal cabe perpendicularmente sobre o centro da umas o, já pela Religião, costumes em que estão desde o berço de respeitarem seus Reis Le de olharem com predileção para a família Europeia, com aquele germens de gratidão, que plantarão nossos respeitáveis antepassados; porem introduzindo-se a licença, e pregando-se a desunião, e que se não deve obedecer ao Senhor D. João VI. mas sim a seu filho rebelde; e que a raça Europeia se deve exterminar, e deixarem os bens e famílias em um país do qual adquirirão a propriedade pelos seus suores, amanhos, e regulamentos; segue-se que as diferentes raças heterogêneas entras a ser divergentes nas suas opiniões, e tendem então, pela licença a calar na anarquia, esquecidas da gratidão que devem a Portugal, e lhe pregão a não devem ter por milhares de sofismas: eles raciocinarão: pois, logo, que não devemos gratidão aquele que escorou nossa infância, não a devemos a ninguém: e eis tornados ingratos para todos de facto, e pelo errôneo direito que lhes pregas. A raça Europeia vendo a tendência que há para despoja-los do fruto dos seus suores, huns vão levando os capitães, outros os bens agrícolas, e propriedades que podem vender com grandes sacrifícios, fazemos, ou aliás negligenciam o seu fabrico; o lucro que à primeira vista se oferece aos Brasileiros, de comprar propriedades baratas, confiscar outras, e não pagarem o que devem aos Europeus, é um lucro passageiro, que não passa de ser interessante a certos indivíduos da presente graças; porém os males influem sobre a presente, e sobre as vindouras ; esta reflexão é que deve ter todo o Brasileiro, aquele que for justo transmitida aos injustos: as raças de cor, pela licença, conhecerão que os Brancos não receberão só de Deus o poder para dominarem, e que por tanto eles tem o mesmo direito ; e não perderão ocasião de usurpa-lo ; e a raça branca enfraquecida pela emigração Europeia, terá de receber a lei da raça de cor; sobre a consequência deste desenvolvimento é que todos_ os cidadãos devem refletir maduramente; não se embriaguem com um gosto passageiro para depois amargamente chorarem os seus erros. A conduta do Ministério do Rio é despótica, porque tende por todas as suas operações a dominar sobre todo o vasto Brasil, arrancando lhe a sua liberdade: afetam um rancor a Fortuna pela família Brasileira, quando é unicamente pelos seus próprios interesses; é preciso os Brasileiros, se não deixem .Iludir por Andrada que quer fazer a fortuna da sua numerosa família á custa das fadigas do Povo Brasileiro; é preciso que este tome muito em visto, que pensando livrar-se do que chama despotismo de Portugal, no caia no verdadeiro do Rio de Janeiro; o Brasil não pôde ser livre e feliz na sua liberdade, sem viver unido fraternalmente a seus Irmãos Europeus, porque o Arbitro Supremo das Nações formou o Brasil para nas gerações futuras produzir diversos grandes Estados, unidos fraternalmente com a Nação pelas leis do seu mutuo bem-estar ; os seus locais, os seus produtos tudo influem para não dobrarem a cabeça ao jugo do Rio de Janeiro, que ambicioso quer ter a preeminência sobre a Bahia, sem se lembrar que esta é mais antiga, tem melhor local e produtos; e mais princípios de dominar o Rio , do que dele ser dominada; porém o princípio de dominação não deve existir em parte alguma da Monarquia : uma união geral das Províncias a Portugal, é por ora que lhe pôde ser mais útil, desterrar os caprichos e ódios fomentados por Andrada. Cuidem unicamente de reunirem-se ambas as famílias, lembrando-se que os Portugueses Europeus sempre foram os seus parentes e amigos. Brasileiros, Povo Ilustre, abri os olhos, e identificativos com vossos Irmãos; é com eles que vos fareis grandes; o vosso terreno é dotado pela Natureza com toda a prodigalidade, o que precisa é população; não cuideis em lançá-la fora, mas sim em colhê-la; o modo é pensar maduramente, e não sacrificar a licença, mas sim a Lei. Nenhum de vossos Irmãos Europeus deseja ser escravo; então, como concorreria pina. A escravidão deste belo País? isso era irem contra os seus mesmos princípios: a doutrina que vos pregão fadando deles, e pintando-os como satélites do despotismo, é errônea, pois, todos o que desejai? Serem bem governados;

faça- mus unidos causa comum, aliás estamos perdidos; o despotismo de janeiro. assoma sobre nossas cabeças, a licença apodera-se das castas de cor, e depois seremos suas vítimas ; ponde, eu vos rogo, os olhos sobre Pernambuco, escarmentemos com os males alheios, está nas nossas maus sermos felizes ou desgraçados ; se nos unimos todos , adeus déspotas de todo o Mundo, _eles não governarão na Bahia; se nos desunimos; qualquer pequeno déspota nos, lançará algemas: acordemos do letargo em quanto é tempo, abram-se comunicações, digamos huns aos outros nossos sentimentos, sejamos justos e francos, e a Nação abençoará nossa união. Os bravos que defendem a vossa entrada na Cidade, sabe aqueles mesmos que vos defenderão de Andrada, do sultão que se tem alagado de sangue para ambiciosamente imperar: todos esses que vos pintam como inimigos, farão quais cunhas que são ótimas a rachar o despotismo, e excelentes para acunhar o edifício social: aí vem a Regência ela é dotada de virtudes, corramos a ela para nos consolidar, e seremos um Povo digno da admiração dos outros Povos. (Extrato do N. 57 da Abelha da Bahia).⁵⁰

Na edição do dia 28 de maio de 1823 é afirmado que só um governo ativo, inteligente e exato pode salvar a província do Maranhão dos horrores do despotismo e da anarquia que a independência traria. Segundo o jornal, é preciso salvar o Estado. Dando a solução de abraçar o que ele chama de “irmãos” europeus e caracteriza a independência como um fantasma, devendo evitar essa “terrível” “exterminadora”. Além disso, há duras críticas quando menciona a independência do Brasil, como “horrores”, “despotismo”, “anarquia”, “fantasma”, “terrível”, “exterminadora” e “discórdia”. O texto escrito por Agostinho Antônio de Faria pretendia causar medo e receio do futuro, insuflando um levante contra as tropas imperiais e até pedindo para a população maranhense pegar em arma para defender a província.

Na edição de 28 de maio de 1823, é noticiada a invasão pelos povos do Piauí ao distrito de São Bernardo da Paraíba. O texto chama as tropas de invasoras comandados pelo miserável governo da corrupta corte do Rio de Janeiro.

A notícia da invasão desta Província, pelos Povos dissidentes do Piauí realizada no Distrito de São Bernardo da Paraíba, talvez faça crer que os invasores são Tropas regulares comandantes por um, ou mais chefes inteligentes, e de grandes graduações, ao menos dessas que o antigo, e miserável Governo da corrupta Corte do Rio de Janeiro prodigava a quem queria compra-las saiba, porém Portugal, que tão erradamente há observado os atuais negócios do Brasil; saiba o mundo que todos são invasores, e os heróis da Independência Brasileira, lendo as seguintes declarações dos seguintes chefes que entraram como planta hostil a Província do Maranhão, e que avançam no seu território, porque a sonolência de uns e a traição de outros lhe franqueiam os passos! Imprimem-se exatamente conforme os originais, para nada perderem da sua elegância, e para que se conheça quanto estão avançados em conhecimentos estes novos Frankilens e Washingtons.⁵¹

⁵⁰O *Conciliador do Maranhão*, 1823, ed. 194, p. 06.

⁵¹O *Conciliador do Maranhão*, 1823, ed. 196, p. 06.

A matéria fala sobre os horrores da independência e sobre os militares maranhenses que aderiram a independência. O jornal os chama de traidores e de Frankilens e Washingtons. Referência Benjamin Franklin, um dos líderes da Revolução Americana que pedia a independência dos Estados Unidos e também a Thomas Jefferson, que foi o terceiro presidente dos Estados Unidos e o principal autor da declaração da independência dos Estados Unidos. Bruno J. R. Boaventura (2011)⁵² explica a participação dos dois políticos americanos na declaração de independência dos Estados Unidos:

Em 4 de julho de 1776, o comitê para elaborar a Declaração da Independência foi instaurado, composto pelo próprio Benjamin Franklin, Thomas Jefferson, John Adams, Roger Sherman e Robert R. Livingston, e consegue a aprovação por unanimidade de um texto que representaria a consolidação das ideias e vontades políticas das treze colônias britânicas que, naquele momento, passariam a ser denominar de Estados Unidos da América.⁵³

Em outra ocasião, há uma proclamação do dia 24 de maio de 1823 na qual é declarado apoio à constituição portuguesa e diz vivas ao Rei D. João VI e a província do Maranhão. O texto chama os que defendem a independência de “fanáticos” “ferozes” e “bárbaros salteadores” que estão sedentos de rapina e sangue. É afirmado também que a independência abalou a paz e o sossego público, espalhou o medo e o horror, sangue e morte. O texto notícia ainda a invasão da província do Maranhão e afirma que a guerra foi um pretexto desenhado pela ambição dos demagogos revolucionários vindos dos agrestes e dos sertões do Piauí e do Ceará.

Na mesma edição, é veiculada a invasão da província do Maranhão por tropas imperiais vindas do Piauí e do Ceará e classificando-as de criminosas, infames e “rebeldes”, que serão punidas com a morte por fuzilamento. Assegura também que os soldados imperiais são “feras” que vão “massacrar”, “roubar” e estragar a indústria e o suor “honrado” dos “pacíficos” maranhenses. No texto, tem a afirmação “constituição ou morte”, que defende a constituição portuguesa e parafraseando Dom Pedro I ao declarar a independência do Brasil.

Há a convocação para os maranhenses pegarem em armas contra o novo regime, isso dizendo que eles jamais serão vencidos porque Deus e a pátria estavam dos seus lados, dessa forma os portugueses fieis à pátria e a D. João VI não perderiam. O texto também comenta sobre a defesa das

⁵²BOAVENTURA, B. DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA E CONSTITUIÇÃO AMERICANA: federalização do Estado. **Revista CEJ**, v. 15, n. 52, 11. 2011. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1490/1456>. Acesso em: 25.jun.2022.

⁵³BOAVENTURA, 2011, p. 04.

propriedades do horror do despotismo e exalta D. João VI, chamando-o de liberal, poderoso e muito amado, referindo-se a ele como primeiro rei constitucional que defende a liberdade.

Em outro trecho, fala sobre constituição ou morte, defendendo a constituição portuguesa e parafraseando Pedro I ao declarar a independência. Chama os avanços das tropas a favor da independência de criminosos e infames. Em caixa alta, coloca o nome do Rei D. João VI. O texto ainda afirma que quem se unir as tropas “rebeldes” do Piauí ou do Ceará são criminosos e serão punidos com a morte por fuzilamento no conselho de guerra. Percebe-se que o jornal tenta colocar medo mais uma vez na população maranhense em relação à independência: o medo de terem suas propriedades tomadas pelo novo regime e também de morte caso se unam a nova causa.

Nota-se que o veículo foi um aporte ideológico difundindo ideias contrárias a independência do Brasil e as discursões políticas na província. Assim, no contexto da independência, os panfletos serviam de porta-vozes a ricos e variados debates políticos em torno da constituição do novo país, assunto que se prolongou até 1823. (CARVALHO; NEVES; BASILE, 2012). Como explica De Oliveira (2012)⁵⁴ “das lutas políticas que acompanharam a Independência, as elites provinciais tiveram a noção da força que a imprensa tinha sobre a sociedade. Com isso, passaram a utilizar a imprensa como mecanismo de difusão ideológica sobre a sociedade”.⁵⁵

A imprensa interfere nas questões políticas, em diversos setores da vida social, na articulação e disseminação de ideias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir (LEITE, 2015).⁵⁶

Por meio dos jornais, é possível identificar e compreender processos no interior das sociedades que dificilmente são encontrados de forma tão detalhada em outros tipos de fontes. Debates e posições políticas, ideológicas, econômicas, lutas sociais, costumes, práticas e grupos sociais, eventos culturais, podem ser localizados nos diversos espaços que compõem os periódicos. (LEITE, 2015, p. 09).

Nesse sentido, os meios de comunicação como um produto simbólico é produtor de conhecimento de representações sobre a realidade, instaurando processos sociais e históricos,

⁵⁴DE OLIVEIRA, R. S. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930); *Historiæ*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 125–142, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2614>. Acesso em: 26 jun. 2022.

⁵⁵DE OLIVEIRA, 2012, p. 133.

⁵⁶LEITE, C. H. F.. **Teoria, Metodologia e Possibilidades**: Os Jornais como Fonte e Objeto de Pesquisa Histórica. *ESCRITAS: REVISTA DO CURSO DE HISTÓRIA DE ARAGUAÍNA*, v. 7, p. 3-17, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1629/8314> Acesso em: 26.jun.2022.

valores ou critérios dos aspectos desse cotidiano. Galvez, (2020) explica como o jornal pautava a opinião pública:

A tentativa de ordenamento da opinião pública e as cisões provocadas por outras “opiniões públicas” alimentaram acusações, réplicas e trélicas que se valeram de eleições, jornais, folhetos, abaixo-assinados e petições às Cortes, práticas afinadas com as premissas agora vigentes de liberdade de expressão. Porém, outros métodos, menos constitucionais, também compuseram esse novo quadro: controle da Tipografia, boicotes, ameaças, expulsões e apedrejamentos acenavam para o longo e tortuoso caminho ainda a ser trilhado em direção às liberdades.⁵⁷

Em outro trecho, são chamados de indignos os que proclamaram a independência. Chama o novo imperador D. Pedro I de iludido e deslumbrado príncipe revestido pelo fantástico manto imperial e diz que D. João é incomparável. Diz também que a independência abalou a paz, o sossego público, espalhou o medo, o horror, sangue e morte. Quem assina a proclamação é o comandante das Armas do Maranhão, Agostinho Antônio da Faria, que era alinhado ao governo português, na edição de 24 de maio de 1823. Ele reafirma a fidelidade a D. João VI que, segundo ele, é incomparável, grande e magnífico.

PROCLAMACAQ. VIVA A CONSTITUIÇÃO PORTUGUEZA! VIVA ELREY CONSTITUCIONAL O SENHOR D. JOÃO' VI! VIVAO' OS CONSTITUCIONAES HABITANTES DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO'! MARANHENSES! A vossa atual situação, nem é nova, nem extraordinária: os mais remotos séculos, e épocas as mais recentes oferecem repetidos exemplos de Povos, a quem a Religião, o Patriotismo, a Fidelidade, e o Interesse Nacional, armam contra os réprobos, que pertencendo a mesma Grey, ao mesmo Grêmio, contra a Nação se rebelarão, ou levados de um fanatismo político, ou a maneira de ferozes, e bárbaros Salteadores, sedentos de rapina e de sangue. São desta classe os protervos inimigos que se atrevem a invadir esta Provincia! Esses bárbaros agressores não conhecem os Sagrados Direitos das Gentes! A Religião, e a Humanidade são a cada momento por eles ultrajadas! Nem Lei, nem Pátria, riem Razão guião seus passos malfazejos! O Fantasma Político, que parece excitai-los à guerra, foi um pretexto efêmero, desenhado pela ambição dos facciosos Indignos, que os revolucionarão! Mal assomou evaporou-se entre as trevas; do efêmero, que o produzido: substituirão-tio desde logo, as fúrias da vingança, do homicídio, e da rapina. Dos agrestes Sertões do Piauí e do Ceará eles descem debandados como feras para massacrar-vos, roubar os vossos lares, e estragar os abundosos Gantões, que a indústria, e o suor dos honrados, e pacíficos Maranhenses tem fertilizado. Ali Cidadãos! Estes Campos ridentes e venturosos, onde o vosso Patriotismo plantou, e arreigou a SAGRADA ARBORE CONSTITUCIONAL, florida, e próxima a sazonar os fatídicos pomos da nossa glória, e prosperidade; não, não devem ser empestados pelo hálito sulfúreo, e exterminador do horrível Despotismo, que com azas de ferro, e plantas de fogo, vem na vanguarda dos tiranos, mas fracos inimigos! Eis o seu único Estandarte, e a visão horrorosa, que lhes serve de Nume da guerra. As armas as Maranhenses! As armas seguindo intrépidos o adorável PAVILHÃO CONSTITUCIONAL, onde está gravado o símbolo mais Santo e Augusto da Nossa Religião; esse Escudo Sagrado que o próprio Deus das Victoria, ofertou ao Grande Affonso 1. ° Onde está esculpido o Nome adorável do nosso Liberal, poderoso, c muito amado primeiro Rey Constitucional o SENHOR

⁵⁷ GALVEZ, 2020, p. 14.

D. JOÃO VI. Onde, finalmente está escrito com caracteres indeléveis o primeiro Direito, o primeiro Bem Nacional; a =LIBERDADE! = MARANHENSES, às Armas! =CONSTITUIÇÃO ou MORTE=Concebei, gravai, proferi firmemente estas palavras terríveis para os vossos inimigos: jurai vencer ou morrer, e a Victoria e vossa, porque jamais foi vencido quem perante Deus, e a Pátria profere um tal juramento, trivial ao" caráter Português : nossos ilustres Avós proferirão no Campo de Ourique; nas margens do Indo, e do Ganges; nas raias dei Portugal, restaurado em 1640; nos Campos Vimeiro e Rollissa em 1808; em toda a Península Espanhola, até 1813: e nem Morros, nem Persas, e Malabares, nem os valentes Espanhóis, nem aguerridos Franceses, poderão jamais prostrar o valor e a constância dos Portugueses fieis Pátria, e ao Porém homens perversos ou cobardes; Português/es na origem , mas infelizmente degenerados; tem pretendido macular a honra, e o brio Constitucional dos Habitantes desta província, desertando vilmente para entre os rebeldes do Piauí, afim de dirigir armas fraticidas contra os seus concidadãos. Este crime, está infâmia se há escandalosamente verificado em alguns lugares na província; e o meu dever, e a salvação publica, que me obrigaram a providenciar energicamente, que não constitui um tão honroso crime portanto, em nome de EL Rei Constitucional, o SENHOR D. JOÃO VI. Declaro, e faço saber a todos os habitantes da província do Maranhão...⁵⁸

Nos textos analisados, percebe-se uma defesa irrestrita a D. João VI como monarca e um ataque ao novo imperado D. Pedro I, chamando muitas vezes representado como infantil rebelde, iludido e deslumbrado. Essa defesa é compreensiva, pois, os jornais do início do século XIX eram panfletários. Eles defendiam os interesses do governo local, que eram do lado de D. João VI e dos anunciantes, que na sua grande maioria eram negociantes portugueses que fizeram riqueza com a relação colonial do Brasil com Portugal.

Esse estudo relaciona o discurso do *O Conciliador do Maranhão* com a resistência da província do Maranhão contra a Independência do Brasil. Pinheiro (2016) comenta que o noticioso, na sua última edição, publicou quando as tropas imperiais cercaram a cidade de São Luís:

A última edição de *O Conciliador do Maranhão*, mutilada e sem as páginas completas, registrou os conflitos que marcaram a proclamação da independência na cidade de São Luís, com destaque para a ação das tropas aliadas a Portugal: "o Major Madureira Lobo, pretendendo evitar a efusão de sangue (...), corajosamente avança à frente e insta para que os amotinadores se retirem e ainda suspende o fazer-se lhes fogo" O jornal informa sobre mortes durante os confrontos: "um soldado de milícias que estava de sentinela à porta do quartel general recebe parte da descarga e cai morto. O fogo continua de parte a parte por quase um quarto de hora".⁵⁹

Os europeus e portugueses eram contra a independência, iam de encontro com seus interesses econômicos e políticos, pois, eles faziam parte da elite maranhense no início do século XIX. Por isso, o jornal classifica a independência de escravidão (PINHEIRO, 2016).

A política editorial era de defesa dos interesses do governo local, que eram do lado de D. João VI e dos negociantes portugueses que fizeram riqueza com a relação colonial do Brasil com Portugal.

⁵⁸*O Conciliador do Maranhão*, 1823, ed. 195, p. 02.

⁵⁹PINHEIRO, 2016, p. 148.

“Entre o final de 1822 e o início de 1823, o jornal *O Conciliador do Maranhão* passou a focar mais fortemente em combater a adesão à independência, que ganhou forte oposição da elite estabelecida no Maranhão”⁶⁰.

A província do Maranhão foi a última a aderir à Independência do Brasil, ocorrendo somente em 28 de julho de 1823, após o cerco à cidade de São Luís por tropas independentistas, a mando do imperador Dom Pedro I. Com a adesão do Maranhão a independência do Brasil, *O Conciliador do Maranhão* deixa de circular, pois, o periódico era contrário à emancipação política do Brasil e defendia a continuação do domínio de Portugal. (PINHEIRO, 2016). “Com a adesão do Maranhão à independência brasileira e a deposição da Junta Governativa provisória em 14 de julho de 1823, o *Conciliador do Maranhão* foi extinto, já que o governo que o sustentava era contrário à emancipação política do país e defendia a continuação do Maranhão sob o domínio de Portugal”⁶¹.

O jornal reafirmou seu compromisso com a resistência, a independência e sua fidelidade autoridades locais, financiadas pelos comerciantes e lavradores mais ricos da província. O fato da província do Maranhão ser “separatista” veio devido a fidelidade ao Império português (GALVES, 2015).

Com a independência em 28 de julho de 1823, e as mudanças suscitadas na ordem política provincial, figuras ligadas à Tipografia receberam a perigosa alcunha de serem “portugueses”: Costa Soares foi expulso do Maranhão, sob a acusação de ser um “português nocivo à província.”⁶²

Algo a ser pontuado é que mesmo com a independência do Brasil, em 1822, a escravidão de pessoas negras permaneceu, pois, a nova constituição de 1824 não previa a liberdade dos escravizados. “A primeira constituição do Brasil, promulgada em 1824, em alguns aspectos considerada uma das mais modernas e liberais das Américas, manteve intacto o direito de propriedade dos senhores sobre seus escravos”⁶³.

A quem interessava a Independência, internamente? Antes de verificar este ponto, convém ter uma ideia da estrutura social brasileira na época. Uma estimativa de 1823 admite a existência de quatro milhões de habitantes no Brasil. Desses quatro milhões, um milhão e duzentos mil são escravos. Do ponto de vista social, a população se reparte em: a) senhores de terras e de escravos, — que constituem a classe dominante,

⁶⁰ CUTRIM, 2017, p. 157.

⁶¹ MARTINS, 2010, p. 109.

⁶² GALVES, 2015, p.14.

⁶³ ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 14.

— e são em vastas áreas, senhores de terras e de servos, quando nelas existem relações feudais; b) pessoas livres, não vivendo da exploração do trabalho alheio, agrupadas numa camada intermediária, entre os senhores, de um lado, e os escravos e os servos, de outro, camada que recebera grande impulso com a atividade mineradora, compreendendo pequenos proprietários rurais, comerciantes, intelectuais, funcionários, clérigos, militares; c) trabalhadores submetidos ao regime da servidão; d) escravos. Como os servos e escravos, tanto quanto os pequenos grupos de trabalhadores livres que se dispersam particularmente em áreas urbanas, não têm consciência política, embrutecidos que se acham pelo regime colonial, só participam da luta pela autonomia a classe dominante de senhores e a camada intermediária. Esta, incontestavelmente, participa desde muito cedo da referida luta e está presente em todos os movimentos precursores dela, movimentos que, como a Inconfidência Mineira, reúnem militares, padres e letrados. Pelas condições que caracterizam a vida colonial, entretanto, a luta pela autonomia só poderia ter possibilidades de vitória quando englobasse a classe dominante.⁶⁴

Percebe-se que os jornais reproduziam as ideias da elite brasileira que, em grande parte, era escravista. Mesmo com a independência a estrutura escravista continuou, pois, as classes dominantes garantiram que seus privilégios continuassem (CUTRIM, 2017). A defesa dos interesses da elite local é percebida também no *O Conciliador do Maranhão*, que se posicionava a favor do pacto colonial, pautando-se pelos interesses do governador e da elite maranhense. “Entre o final de 1822 e o início de 1823, o jornal *O Conciliador do Maranhão* passou a focar mais fortemente em combater a adesão à independência, que ganhou forte oposição da elite estabelecida no Maranhão”⁶⁵

Ele trouxe em suas páginas elementos e disputas que movimentaram a população, defendendo a transformação ou manutenção da ordem estabelecida e foi de grande importância para a sociedade Maranhense, pois, produziu notícias e conteúdo jornalístico criando redes de comunicação com seus autores, assinantes e fontes, compartilhando significados que moveram as relações culturais daquela época (PINHEIRO, 2016). “Ao jornal *O Conciliador do Maranhão* chegou às ruas através da engrenagem do sistema colonial que sofreu abalos com as manifestações de segmentos dominantes portugueses, que se opunham às medidas da metrópole quanto às questões econômicas e às ações políticas”.⁶⁶

Foi o principal e único produzido na província do Maranhão, entre os anos de 1821 a 1822. Nesse sentido, a importância do periódico como documento histórico para entender a província do Maranhão é grande. Foi o primeiro jornal maranhense e tinha como redatores Antônio Marques

⁶⁴SODRÈ, 2019, p. 20.

⁶⁵ CUTRIM, 2017, p. 157.

⁶⁶PINHEIRO, 2016, p. 20.

da Costa Soares e o Padre Tezinho, que eram próximos ao governador Pinto da Fonseca, que controlava a impressão na tipografia e utilizava o periódico na sua defesa e no ataque aos oponentes políticos (PINHEIRO, 2016).

No início do século XIX, a imprensa que dominava era a opinativa ou ideológica, ou seja, a imprensa de partido. Esse tipo de jornalismo imperava em virtude do aumento crescente do nível de politização da população e, ao mesmo tempo, da falta de matéria-prima para a produção de notícias factuais, além do baixo índice de alfabetização de grande parte da sociedade.⁶⁷

Dessa forma, pautou a opinião pública, sendo uma forma de manter o governador no poder que era um defensor da monarquia e tinha uma relação de fidelidade com a família real. Possuía características dos impressos da sua época, com um caráter opinativo, panfletário e que saía em defesa do pacto colonial e da monarquia constitucional.

Considerações finais

Não se pode negar a importância do jornal *O Conciliador do Maranhão* como o principal e único da província do Maranhão no período da independência. Pautava a opinião pública, mas também defendia os interesses das elites políticas e econômicas que, em sua grande parte, era formada por portugueses e seus descendentes que se beneficiavam com o pacto colonial. Trazia notícias sobre o cotidiano de São Luís e abordava as questões políticas locais e nacionais. Um dos grandes acontecimentos do século XIX, a Independência do Brasil, ganhou destaque nos debates presentes devido, principalmente, a posição tomada contra o novo regime.

Percebe-se que o periódico, como meio de comunicação da época, teve grande influência no imaginário social. Um exemplo é a demora do Maranhão na adesão ao império de Dom Pedro I. Muitas vezes, o noticioso chegava a difamar o novo imperador, chamando de imaturo e rebelde, uma forma de deslegitimar o soberano. Em outros momentos exaltava D. João VI como o único rei do Brasil.

Em seus textos, percebe-se a fidelidade a D. João VI, com afirmações de que ele era incomparável, grande, magnífico, verdadeiro e único rei do Brasil e Portugal. Já Dom Pedro I era

⁶⁷MELO, P. B.. **Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço.** COMUNICAÇÃO & INFORMAÇÃO (UFG), Goiânia - GO, v. 8, n.1, p. 26-38, 2005.p. 05.

representado como um filho rebelde, infantil, iludido, deslumbrado, indigno, que prega a desunião e que devia obediência ao seu pai. No enquadramento em que é noticiado, o acontecimento tem relação com os interesses políticos e econômicos do governador Pinto da Fonseca e da maior parte da elite maranhense que era formada por portugueses, seus descendentes ou de europeus que viviam na província.

Em muitas edições, principalmente no ano de 1823, o jornal estimulava o medo dos maranhenses sobre o novo regime, como os de que eles iam perder tudo, suas propriedades e seriam obrigados a voltar para a Europa sem nada. Além de convocar os maranhenses a se levantarem contra as tropas imperiais.

